

**A PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL – UNIÃO EUROPEIA: UM CAMINHO DE
MUITAS OPORTUNIDADES**

Ana Paula Andriolli*

RESUMO

A primeira Cúpula Brasil - União Européia, realizada em 2007, se constituiu um divisor de águas das relações bilaterais. Foi nesta ocasião que as partes selaram o compromisso de institucionalizar uma parceria estratégica garantidora de mútuas conveniências. O presente artigo objetiva apresentar tal parceria entre o país e a União Européia, como instrumento viabilizador de oportunidades recíprocas. Para tal, no primeiro momento, o texto define a noção e o conceito de parceria estratégica. Na seqüência, explicita a agenda de negociação das cúpulas. O passo seguinte, é identificar a relevância do Estado brasileiro enquanto ator do cenário internacional, para então, expor o “Documento Estratégia País” (DSP), instrumento marco do mecanismo de interlocução. A pesquisa foi elaborada de acordo com o método indutivo.

Palavras-chave: Parceria Estratégica, Brasil, União Européia

Abstract

The first Brazil – European Union meeting, which occurred in 2007, had turned into a two way path to the bilateral relations. In this occasion both parts have sealed a compromise to institutionalize a strategic partnership that would guarantee mutual conveniences. The present article will try to demonstrate this so called partnership between the blockade and Brazil, as an instrument that would open doors to reciprocate opportunities. To do so, in the first moment, this research will try to define the concept and all its notions of strategic partnership. After this, it will describe the meeting’s negotiation agenda. Next step, it’s to identify the brazilian State’s relevance as an actor of international system, to then, expose the Countries Strategic Paper (CSP), which is an important interchange mechanism. This research was made in consonance with the inductive method.

Key-words: strategic partnership, Brazil, European Union.

*Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, estagiária do Programa Jean Monnet – UNIVALI no Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 04 de julho de 2007, em Lisboa, a Presidência do Conselho Europeu anunciou oficialmente, no âmbito da primeira reunião de Cúpula bilateral, o lançamento da parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia (UE).

A primeira Cúpula Brasil - UE representa o coroamento dos esforços conjuntos de valorização do relacionamento político e bilateral, e ao mesmo tempo, o início de um processo privilegiado de contatos do mais alto nível. Contatos estes já firmados pela Europa comunitária com alguns de seus principais interlocutores, entre os quais, Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia, China, Índia e México.

O presente artigo objetiva apresentar a parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia, firmada em 2007, como instrumento viabilizador de oportunidades recíprocas. Para tal, no primeiro momento o texto define a noção e o conceito de parceria estratégica. Na seqüência, será explicitada a agenda de negociação das cúpulas. O passo seguinte é de identificar a relevância do Estado brasileiro enquanto ator do cenário internacional para, então, expor o “Documento Estratégia País”(DSP), instrumento marco do mecanismo de interlocução. O método norteador da pesquisa é o indutivo.

1. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A primeira Cúpula Brasil- União Européia, realizada em julho de 2007, constituiu um marco nas relações entre a União Européia e o Brasil. Foi na ocasião que as partes selaram o compromisso inicial de parceria estratégica.

Segundo a “Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu e ao Conselho para uma parceria estratégica EU - Brasil” de 30 de maio de 2007 ¹a parceria estratégica proposta auxilia o Brasil a exercer uma

¹ Em 30 de maio, a União Européia (UE) apresentou sua estratégia para as relações bilaterais com o Brasil para o período que vai de 2007 a 2013. O documento foi elaborado pela Comissão Européia e enviado para discussão no Parlamento Europeu e aprovado para a realização da primeira cúpula Brasil-União Européia em julho de 2007.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

liderança positiva no contexto internacional e regional e a empenhar-se com a UE num diálogo global, estratégico, substancial e aberto, tanto no plano bilateral como em instâncias multilaterais e regionais.

O conceito de parceria estratégica da União Europeia surgiu com o fortalecimento da integração da UE e com a formação da política externa do bloco europeu. Este instrumento visa estabelecer os laços especiais com as potências globais de forma de promover o multilateralismo efetivo e também tratar dos assuntos do cunho bilateral.²

A União Europeia já afirmou até o momento parcerias estratégicas com mais outros sete países além do Brasil, nomeadamente Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia, China, Índia e, mais recentemente, o México.

Segundo Eugênia Barthelmess “a parceria estratégica é o relacionamento político bilateral singularizado, de característica privilegiada que a União Europeia estabelece com cada um dos integrantes de um determinado grupo de terceiros países, definidos em função de importância do papel que desempenham no cenário internacional”³. Para estas parcerias são construídas redes de foros institucionalizados e diálogos temáticos, que abrangem, desta maneira, trabalhos técnicos até reuniões de chefes de Estado,⁴ e governança.

A fomentação desta relação se dá através do diálogo entre o poder executivo e o grupo parlamentar União Europeia –Brasil que interage com o Parlamento Europeu em discussões de temas atuais tais como mudanças climáticas e migração. A sociedade civil também atua de maneira “direta” junto à Comissão Europeia, como

² PELANT, Mátyas. A parceria estratégica Brasil - UE. SILVA, Karine de Souza. As Relações entre a América Latina e UE. Prelo. p 1.

³ Vale ressaltar que dentro destas relações de parceria estratégica Barthelmess enfatiza que dos sete parceiros três são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU(EUA, China e Rússia) e três buscam um assento permanente(Brasil, Japão, Índia) dentre os quais a Índia é potencia nuclear. Quatro (Canadá, Estados Unidos, Japão e Rússia) são membros do G8 e quatro compõem o grupo de potencias conhecidas como BRICS (Brasil, China, Índia e Rússia). Três são países asiáticos(China, Índia e Japão), dois integram a aliança transatlântica(EUA e Canadá), um é maior vizinho do continente europeu (Rússia) e um é o principal parceiro na América Latina(Brasil).

⁴ BARTHELMESS, Eugênia(2008). *Brasil e União Europeia: a construção de uma parceria estratégica*. Tese apresentada ao LIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores. Brasília: mimeo. pg. 37.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

previsto no plano conjunto de ação com importante papel em áreas sociais e econômicas.

Na seqüência, vale apresentar as Cúpulas já realizadas entre a União Européia e Brasil já que a primeira reunião representa o coroamento dos esforços conjuntos de valorização do relacionamento político bilateral e, ao mesmo tempo, o início de um processo privilegiado de contatos no mais alto nível.

2. NOS CAMINHOS DA PARCERIA

A parceria estratégica foi efetivada através da configuração de cúpulas anuais do mais alto nível que negociaram os termos da aplicação do Plano de Ação Conjunto. Destas participam o presidente do Brasil, presidente do Conselho da União Européia e da Comissão Européia. Porém, com o tratado de Lisboa⁵, em vigor, o presidente destas reuniões, que antes era rotativo, será o Presidente Permanente do Conselho.

A Primeira reunião entre o Brasil e a União Européia, realizada na capital portuguesa em Lisboa em julho de 2007, marca o nascimento da parceria e cria o fortalecimento do diálogo político. Ambos tiveram a oportunidade de discutir sobre diversos temas de convergência mundial, regional e bilateral, reforçando o acordo para o diálogo político de mais alto nível.

A princípio, nesta cúpula, as partes buscaram estabelecer uma parceria estratégica de cunho mais abrangente, baseados nos seus estreitos laços históricos, culturais e econômicos. As prioridades citadas no Plano de Ação⁶ são: a promoção

⁵ O Tratado de Lisboa entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, pondo assim termo a vários anos de negociações sobre questões institucionais. Ele altera, sem os substituir, os tratados da União Européia e da Comunidade Européia atualmente em vigor. O Tratado confere à União o quadro jurídico e os instrumentos necessários para fazer face a desafios futuros e responder às expectativas dos cidadãos. Ver o tratado completo em mais em http://europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm

⁶ O Plano de Ação Conjunto Brasil – União Europeia aprovado pelas partes na Cúpula realizada em Dezembro de 2008, reflete os domínios da parceria estratégica entre as duas regiões, cujos setores institucionais homólogos constituem potenciais parceiros no âmbito dos diálogos setoriais. Estes diálogos prosseguem o objetivo de, através do intercâmbio de experiências e conhecimentos mútuos, auxiliar os poderes públicos a definirem políticas públicas de acordo com os interesses das populações do Brasil e da Europa num contexto de globalização. Ver documento completo em http://www.mp.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/brasil_municipios/plano_acao.pdf

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

da paz e da segurança através de um sistema multilateral efetivo; o desenvolvimento sustentável; a cooperação regional; a cooperação nas áreas da ciência, tecnologia e inovação; e intercâmbio entre os povos. E, para cada uma dessas áreas, haviam sido estabelecidas metas bastante precisas.

A segunda Cúpula Brasil-União Européia foi realizada no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008, com a presença de líderes europeus e sob a regência do presidente francês Nicolas Sarkozy. Nesta ocasião, as autoridades debateram temas globais, situações regionais e o fortalecimento das relações entre Brasil e União Européia. E, por conseguinte concluíram o Plano de Ação Conjunto Brasil- UE que serviu de base para o diálogo de cooperação bilateral. Nesse sentido, Luigi Gambardella, presidente da EUBrasil⁷, entidade que promove o aprofundamento das relações comerciais entre Brasil e Europa, observa que “esta cúpula foi importante para aprofundar o diálogo de cooperação em setores-chaves onde existem interesses recíprocos, como energia, transportes aéreos e marítimos, ciência, tecnologia e questões ambientais”.

A terceira cúpula aconteceu no dia 06 de outubro de 2009, em Estocolmo, com a presença do sueco e atual presidente do Conselho Europeu Fredrik Reinfeldt, o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e presidente da Comissão Européia Manuel Durão Barroso. Segundo o “Documento do Conselho Europeu sobre a cúpula”⁸, os líderes discutiram temas globais, regionais e situações internacionais fortalecendo as relações entre as partes em particular o estado de implementação do Plano de Ação Conjunta adotada na segunda cúpula no Rio de Janeiro. Na ocasião, foi reafirmado o sucesso da parceria estratégica a possibilidade de se abrangerem novas áreas setoriais de interesses comuns que favoreçam os países do bloco europeu, o Brasil e os países em desenvolvimento.

⁷ A EuBrasil é um fórum de discussões entre empresas e governos. Tem como associados empresas européias com atividades no Brasil, empresas brasileiras que atuam na Europa, acadêmicos e integrantes do governo. O Fórum ajudará na identificação dos obstáculos estruturais que possam dificultar o desenvolvimento de relações nas diversas áreas que ligam a UE ao Brasil (Estado de São Paulo, 14 de maio de 2005).

⁸ Disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/er/110440.pdf

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

A UE e o Brasil reiteraram e adotaram o Plano Conjunto de Ação que orienta as ações da parceria em diversas áreas de cooperação e nesta mesma Cúpula reforçaram multilateralismo, a defesa ao meio ambiente, inovação tecnológica, intercâmbio comercial, apoio a pesquisa e intercâmbio de conhecimentos.

A análise das reuniões de cúpula leva a evidenciar a importância internacional do Brasil, fato que colabora com a sua escolha por parte da eu como um parceiro estratégico.

3. O BRASIL COMO PARCEIRO ESTRATÉGICO

São vários os fatores que conduziram União Européia para o estabelecimento de uma parceria estratégica Brasil UE.

Atualmente o Brasil é uma democracia estável, devido ao seu sistema político e institucional bem estruturado. O Estado tem um papel ativo nos fóruns multilaterais e se coloca como representante dos países emergentes.

O Brasil tem uma postura destacada no cenário externo, participa do Grupo dos Quatro(G4) ao lado de Alemanha, Japão e África do Sul os quais buscam uma posição como membros permanentes no Conselho de Segurança. Além disso, o Estado brasileiro é líder do Grupo dos Vinte (G20) junto a Organização Mundial do Comércio (OMC) importante voz contra subsídios agrícolas, nesta instância, e, ainda é responsável pela operação da manutenção da paz no Haiti.

A posição geográfica, o tamanho e o desenvolvimento econômico do Brasil fazem dele um líder na América do Sul e um protagonista de peso na América Latina. O Brasil desempenha ativamente um papel no âmbito do MERCOSUL⁹ e está empenhado no movimento destinado a formação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL)¹⁰.

⁹ PINHIRO GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

¹⁰ A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), anteriormente designada por Comunidade Sul-Americana de Nações, será uma zona de livre comércio continental que unirá as duas organizações de livre comércio sul-americanas, Mercosul e Comunidade Andina de Nações. Criada pela Declaração de Cuzco em 2004. Os países que farão parte do grupo têm cerca de 360 milhões de habitantes e, de acordo com dados da Cepal (Comissão

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Ainda na América do Sul, o país tem relações bilaterais privilegiadas com países limítrofes e acordos comerciais com a Comunidade Andina e México. Em outros continentes, possui acordos com potências regionais como Índia, China, Rússia e África do Sul, países árabes e africanos. Possui também grande parceria com EUA e com a UE e é enquadrado dentro dos países conhecidos como os Brics.¹¹

A dívida que o país detinha com o FMI foi quitada em 2005 colocando o país em o país ao nível de risco abaixo do normal, hoje enfrenta uma situação estável com quotas junto aos FMI¹². É considerada a décima economia mundial mesmo com um comércio internacional limitado.

O Brasil possui enormes recursos naturais¹³, uma reputação de excelência científica e acadêmica, uma grande diversidade industrial e um vasto mercado interno. Entretanto é certo que, o país tem ainda certos desafios a ajustar: as fortes disparidades de rendimentos continuam a ser uma desvantagem real¹⁴, uma área fundamental para a cooperação e o diálogo com o bloco europeu¹⁵.

Econômica para América Latina e Caribe), tinham um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,5 trilhões em 2006. Ainda de acordo a Cepal, só em 2007, o PIB do Brasil foi de US\$ 1,3 trilhão. Dispõe o Parágrafo único do artigo 4º da CRFB/88 a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

¹¹ Estudos recentes indicam que o conjunto de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) poderá se tornar, nos próximos cinquenta anos, a principal força na economia global, superando o grupo de países desenvolvidos que formam o G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) em termos de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), renda per capita e movimentos comerciais e financeiros. Nesse sentido, tais economias, em função do tamanho geográfico, população e nível de produto, se tornam alvo de crescente interesse, principalmente pelo fator econômico e pelo potencial de tais países de se tornarem os principais impulsores do crescimento econômico mundial. Ver mais em : PINHIERO GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

¹² Ver BUENO, Clodoaldo, CERVO LUIZ, Amado. *História da política exterior do Brasil*.3. Ed. Brasília: EdUnb, 2008.

¹³ Além disso, o país é signatário de diversos tratados relacionados a preservação ambiental entre os quais biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação, espécies ameaçadas de extinção, etc. além de ser parte do Protocolo de Quioto. Na Conferência Rio 92 o Brasil lançou a Agenda 21, é considerado país de primeiro plano na diversidade ambiental por participar de diversos tratados que se relacionam .

¹⁴ Estas desigualdades, vem sendo combatidas através de ações do governo e como principal programa de ação o Brasil tem o “Bolsa Família”.

¹⁵ O intercâmbio em matéria de coesão regional constitui um dos domínios em que os líderes da União Européia desejariam estabelecer uma cooperação mais estreita com o Brasil.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Nos últimos anos, o país emergiu como um ator de peso dos países em desenvolvimento nas Nações Unidas e na OMC¹⁶.

A UE tem com o Brasil relações com fortes laços históricos e culturais. Também os dois lados partilham valores e interesses fundamentais, incluindo o respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos, as preocupações relacionadas com as alterações climáticas e a persecução do crescimento económico e da justiça social, tanto a nível interno como externo. O Brasil é um aliado vital da UE para fazer face a estes e a outros desafios na cena internacional.

Junto com a União Europeia a nação defende o desenvolvimento sustentável como elemento primordial da agenda internacional e a integração regional como melhor forma de garantir a prosperidade e a paz.

Estes foram os motivos que incitaram a UE a estabelecer uma parceria estratégica com o Brasil.

Neste contexto para que a parceria fosse instituída, o acordo quadro de cooperação, conhecido através do Documento de Estratégia para o País (CSP) orienta os parceiros. Ele é fruto de um processo de consultas de representantes dos atores estatais e da sociedade civil desenvolvido para estabelecer concretamente as atividades pelo período 2007-2013.

4. DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA PARA O PAÍS (CSP)

A Cooperação Bilateral União Europeia - Brasil baseia-se num Documento de Estratégia para o país (Country Strategic Paper Brazil – CSP). O CSP em vigor foi adotado pela UE em 14 de maio de 2007 e irá cobrir o período de 2007-2013.¹⁷

¹⁶ O Brasil assim como a EU tem histórico na ONU em participação de missões de paz destacam-se as participações brasileiras no Oriente Médio, São Domingos, Angola, Moçambique e Timor. Já nas negociações da OMC a rodada Doha visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos, e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20 sendo o Brasil líder da Rodada). Os subsídios agrícolas são o principal tema de controvérsia nas negociações.

¹⁷ Ver o Documento na íntegra em http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/CSP_Brazil_2007-2013.pdf

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

A União Europeia sempre apoiou o Brasil em diversas áreas de cooperação setoriais. Entretanto, a experiência mais recente tem demonstrado que existem limites no modelo tradicional de cooperação. O impacto questionável de alguns projetos, dada a magnitude dos problemas confrontados num país tão imenso e contrastante como Brasil, exige que a cooperação bilateral seja abordada em termos distintos. Ao invés de alocar os fundos de cooperação relativamente modestos da UE apenas a projetos individuais, uma proposta alternativa no CSP é a de apoiar também medidas “brandas” (soft), que se espera ter efeitos multiplicadores positivos na redução da pobreza e nos contextos econômico, político e ambiental do país.¹⁸

A base da aproximação, entre os parceiros, neste documento, esta relacionada a dois objetivos principais: o primeiro será de estimular a promoção de intercâmbios, contatos e transferências de “know how” entre a União Europeia e o Brasil, oferecendo projetos que visem melhorar os níveis de inclusão social além de atenuar a desigualdade no país e intensificar os conhecimentos mútuos em alguns temas de interesses comuns. Em consequência do primeiro objetivo, a segunda prioridade é sustentar projetos que promovam políticas de aplicação voltadas ao desenvolvimento sustentável. Para que estas metas sejam alcançadas o Brasil receberá o valor de 61 milhões de euros no período de 2007-2013 dentro do quadro de instrumento financeiro da cooperação ao desenvolvimento. Conforme se verifica no DSP a dotação orçamentária é destinada 70% a promover ações de aprimoramento das relações bilaterais e 30% do desenvolvimento sustentável.

A Declaração Conjunta “Consenso Europeu para o Desenvolvimento”, adotado pelo Conselho em novembro de 2005, oferece uma estrutura de objetivos comuns, valores e princípios que a União – todos os 27 Países-membros e a Comissão – apóiam e promovem como agente. Isto reflete uma tendência global marcada por um forte consenso nos Objetivos Globais para o Milênio, pelo contexto de segurança internacional e pelo crescimento do impacto da globalização. O Consenso estabelece o desenvolvimento como um componente-chave das ações externas da UE juntamente com a política externa e de segurança, e destaca a necessidade de uma ligação entre estas e outras políticas afins, tais como migração,

¹⁸ Disponível em http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/eu_and_country/bilateral.htm

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

meio ambiente e desemprego. Situando a erradicação da pobreza no seu centro, a nova política de desenvolvimento da UE destaca a importância da boa administração política, dos direitos humanos, democracia, meio-ambiente, gestão sustentável de recursos, crescimento econômico e desenvolvimento comercial, segurança na produção de alimentos, coesão social e combate às desigualdades. Fica claro que as relações da UE com cada parceiro internacional são únicas e requerem uma política específica de ajuda, comércio e outras políticas conectadas às necessidades de cada parceria.¹⁹

O Brasil e a União europeia se convenceram, igualmente de intensificar a sua cooperação dentro da área de pesquisa. Assim assinaram um acordo de cooperação científica e tecnológica em janeiro de 2004 abrindo a participação do Brasil nos programas “quadros” de pesquisa europeia.

Portanto o Comunicado intitulado “Um forte parceiro entre a União Europeia e América Latina” adotado em dezembro de 2005, mostrou-se a necessidade de uma cooperação privilegiada da União Europeia com o Brasil. Isto ocorreu devido à influência brasileira cada vez maior na região latino americana e pelas fracas estruturas do diálogo bilateral entre as duas partes que não estavam mais adaptados à evolução rápida do país como pólo econômico e político internacional.²⁰

Como apresentado anteriormente, o foco principal do DSP será intensificar as relações bilaterais. O objetivo será o de sustentar as iniciativas dos diálogos setoriais entre ambos com possibilidades de contribuir para o melhoramento da inclusão social e da redução da desigualdade no país. A prioridade número um do Documento é baseada em três categorias: 1) aspectos sociais (categoria que compreende os diálogos a nível social); 2) aspectos econômicos (compreende os diálogos relacionados ao comércio bilateral e os aspectos comerciais²¹, transporte

¹⁹ Ver mais em http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/2007_csp_publicado_en.pdf

²⁰ Portanto convém notar que o Brasil se torna privilegiado da EU pelo instrumento de cooperação de desenvolvimento previsto dentro das regras n1905/2006 do Parlamento europeu e do conselho de dezembro 2006.

²¹ O Brasil é o 10º parceiro comercial da União Europeia, de acordo com o Eurostat (Gabinete de Estatística da União Europeia) entre 2000 e 2008 o valor das exportações de bens da União Europeia para o Brasil aumentou em 56% e as importações praticamente dobraram. Nesta esfera a relação baseia-se em aspectos relacionados ao

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

aéreo²² e marítimo²³, cooperação nuclear e ciência e tecnologia – Programa Galileu²⁴ e Euraton – e sociedade da informação, 3) áreas ambientais. Os recursos de cooperação serão utilizados para intensificar e alimentar esses diálogos e para financiar atividades com vistas a aprimorar a governança e a elaboração de políticas.

Para fomentar estas relações é encorajada a compreensão mútua de promoção da imagem e cultura da Europa no Brasil. Esta meta tem por objetivo favorecer os intercâmbios universitários, no sentido de alargar o âmbito dos conhecimentos acadêmicos e aproximar as futuras elites intelectuais. A participação proveitosa do Brasil nos programas de cooperação de ensino superiores sustentado até então pelos programas Erasmus Mundu²⁵, ALBAN,²⁶ e ALFA²⁷ mostra o interesse da UE no lançamento de um diálogo sobre política de educação para

acesso de mercados, serviços, direitos de propriedade intelectual, defesa comercial, agricultura e medidas sanitárias e fottossanitárias. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/6-02102009-BP-FR/6-02102009-BP-FR.PDF

²² Com cerca de cinco milhões de passageiros por ano em vôos regulares segundo o ministério do turismo brasileiro, busca-se uma revisão dos acordos de transporte aéreo Brasil - EU importante para a cooperação bilateral devido a ida e vinda de pessoas e empresas das partes. Ver em http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20091228.html

²³ O recente diálogo político sobre transporte marítimo entre a UE e o Brasil é incentivado com vista a melhorar as condições das empresas de navegação de ambas as partes, facilitar o transporte marítimo, cooperar mutuamente em questões sobre portos, transporte por vias navegáveis internas, infra-estruturas e segurança marítima, assim como debater a oportunidade de coordenação de posições nas abordagens em organizações internacionais. Ver BARTHELMESS, Eugênia(2008). *Brasil e União Européia: a construção de uma parceria estratégica*. Tese apresentada ao LIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores. Brasília: mimeo. pg. 143.

²⁴ Segundo Barthelmess em matéria de cooperação em ciência e tecnologia, o Brasil é o quarto maior parceiro internacional da EU, dentro do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica assinado em j neiro de 2004 as atividades e projetos de pesquisa científica-tecnológica são sobre biotecnologia, tecnologias da informação, bio-informática, tecnologia espacial, nanotecnologia, tecnologias limpas, gestão do uso sustentável dos recursos ambientais, biosegurança, saúde, aeronautica, metrologia e ciências humanas. Programa Europeu de Navegação por Satélite, desenvolvido pela Agencia Espacial Européia, Galileo, leva participação do Brasil no programa uma oportunidade perfeita de aprofundar a cooperação industrial e científica no domínio da alta tecnologia entre a UE e o Brasil. Ver mais em http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/science_and_tech/index.htm

²⁵ O Brasil é o país latino-americano que participa no programa Erasmus Mundus com melhores resultados, o programa foi criado em 2004 com alcance internacional financiado pela UE, que concede bolsas de mestrado em instituições da Europa a cidadãos de países em desenvolvimento, assim como bolsas de estudo para europeus que desejam estudar nestes países. Dos 1196 bolsistas selecionados para o período letivo de 2007/2008, 66 eram brasileiros. Ver mais em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,2810164,00.html>.

²⁶ Cerca de 2 500 estudantes brasileiros participaram no programa de ensino superior "AL AN" da CE para a América Latina desde 2003, o que representa 30% de todos os participantes latino-americanos. Disponível em <http://www.programalban.org/files/albanannualrep2008final.pdf>

²⁷ ALFA II (América Latina Formação Acadêmica) – cerca de 70 instituições brasileiras do ensino superior realizaram cerca de 136 projetos, dos quais 82 permitiram cerca de 1 300 semestres de mobilidade AL-UE. Mais informações em http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/alfa/documents/general_pt.pdf

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

intercâmbio das melhores práticas. Por conseguinte, para favorecer os laços entre as instituições de ensino brasileiras e europeias convém a instituição do Instituto de Estudos Europeus no Brasil.²⁸

A segunda prioridade estipulada pelo Documento Estratégia País é a promoção do desenvolvimento sustentável. O Brasil é detentor de uma das maiores áreas de floresta tropical que restam no mundo e um parceiro fundamental da União Europeia na campanha por uma maior ação internacional para combater as alterações climáticas²⁹ e a diminuição da biodiversidade no planeta, em particular promovendo a proteção ambiental das florestas brasileiras³⁰ e a luta contra a pobreza gerada pela degradação dos biomas frágeis. De acordo com o DSP 2007-2013 os objetivos específicos desta prioridade serão: diminuir o desmatamento; prevenir a perda da biodiversidade; reduzir as emissões de carbono de maneira a contribuir com os esforços brasileiros de combater as mudanças climáticas; criar fontes de renda e valor agregado no seio das coletividades locais; melhorar as condições de vida dos indígenas; das populações tradicionais e das zonas carentes das zonas rurais e em geral e aprimorar a gestão de recursos naturais.³¹

São várias as vantagens que a parceria proporciona para os lados e, é nesse sentido, que o próximo tópico caminha, pois apresenta a negociação “ganha-ganha” entre o Brasil e União Europeia.

²⁸ O instituto visa servir de centro de documentos sobre a Europa dotada de bibliografias para apoio aos estudos referentes a União Europeia, o programa do instituto será composto de formação especializada (ateliers, seminários, conferências e cursos) . A Cátedra Jean Monnet está inserida no “Programa Jean Monnet” da União Europeia é oficialmente estabelecido pela Comissão Europeia. As ações do referido Programa visam a estimular a excelência em ensino e pesquisa, além de promover nível de reflexão e debate nos estudos de Integração Europeia em Instituições de Ensino Superior dentro e fora da União Europeia. Atualmente a Cátedra Jean Monnet está instalada na Universidade do Vale do Itajaí – Univali www.univali.br/jeanmonnet

²⁹ As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios com que a humanidade terá de se defrontar nos próximos anos. A União Europeia há vários anos participa deste combate, a nível interno e na arena internacional, tendo feito uma das suas prioridades. Ver os atos normativos e preparatórios referente as mudanças climáticas em: http://eur-lex.europa.eu/pt/dossier/dossier_10.htm.

³⁰ O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. O Programa é financiado por doações dos países integrantes do ex-Grupo dos Sete, da União Europeia e dos Países Baixos, complementadas com contrapartida crescente do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil. Ver mais em <http://www.mma.gov.br/ppg7/>

³¹ Country Strategic Paper. 2007-2013. p. 31 http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/CSP_Brazil_2007-2013.pdf

5. GANHA-GANHA

A partir do momento em que o Brasil se torna parceiro estratégico da União Européia o país passa por um esforço conjunto de valorização do relacionamento bilateral. É desenvolvida uma parceria em áreas de interesses mútuos a partir da defesa multilateralismo e Estado de Direito, valores os quais são prezados pela UE na consolidação do acordo e na coordenação dos principais temas da agenda internacional tais como energia, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e cooperação científica e tecnológica.

O Brasil lucra ao se juntar à breve lista de parceiros estratégicos da UE, integrada, de um lado, pelas potências (Estados Unidos, Canadá e Japão) e de outro, pelos novos pólos de poder (China, Rússia e Índia). O bloco europeu, principal parceiro comercial do Brasil, é a maior economia do mundo, composta por vinte e sete países, entre os quais algumas das principais economias ocidentais, duas das quais – França e Reino Unido- membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, a UE é importante para o Brasil como principal origem de investimentos e principal mercado de destino para as exportações brasileiras.

Segundo Barthelmess, do ponto de vista da União Européia, o adensamento das relações com o Brasil corresponde a projeto de expansão de sua atuação sobre o conjunto da esfera internacional. A parceria com o país completa as ligações da UE com potências, tradicionais ou emergentes. As expectativas da UE em relação ao Brasil estão ligadas sobretudo ao objetivo de valorização do papel da ONU e fortalecimento do sistema multilateral baseado na negociação coletiva com regras comuns, dos países em desenvolvimento o Brasil é visto como um líder na ONU e na OMC.³²

³² BARTHELMESS, Eugênia(2008). *Brasil e União Européia: a construção de uma parceria estratégica*. Tese apresentada ao LIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores. Brasília: mimeo. p 169.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Portanto, tendo por base os valores comuns, Brasil e União Européia irão colaborar, em nível bilateral e em fóruns multilaterais, contribuindo para proporcionar benefícios concretos aos seus cidadãos e terceiros países.

Esta parceria, através do Brasil, poderá fortalecer os diálogos entre os países da América Latina e Caribe, bem como promover e agilizar a conclusão do Acordo de Associação entre MERCOSUL e UE. Vale citar também que ambos buscam a consolidação de um mercado internacional de bicomcombustíveis, ou por outra a adoção de medidas conjuntas na área de governança ambiental, biodiversidade, florestas e qualidade e abastecimento de água.

O desenvolvimento dos laços de cooperação com a UE na área de ciência e tecnologia contempla o país na cooperação da esfera de tecnologias e indústrias militares. Aproveita-se da parceria para a implementação de Metas de Desenvolvimento do Milênio do governo brasileiro em benefício de países na África e Caribe. Além disso, o Brasil acabaria ganhando maior inserção na seara externa através da promoção do multilateralismo democrático exercido pelo país, pelo intermédio da discussão em mais alto nível de grandes temas regionais e internacionais - paz, segurança, direitos humanos- pode, do lado comunitário auxiliar o Brasil a exercer uma liderança positiva Refazer, ta truncado.

Por conseguinte, a parceria estratégica entre Brasil União Européia torna-se fundamental para que ambos partam em prol de um sistema multilateral eficaz onde a regulamentação do cenário internacional é baseado na multipolaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria estratégica com a UE possibilita, para a nação brasileira, a possibilidade de instituir um diálogo de mais alto nível com um dos principais atores do cenário internacional.

Do mesmo modo, para a Europa comunitária a parceria significa abertura de um campo de oportunidade de diálogo e concertação com uma potência que ganha relevância no palco das relações internacionais. A cooperação para o desenvolvimento, liberalização comercial com acessos aos mercados agrícolas

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

protegidos, reforma da ONU, a política regional Sul-Americana, o MERCOSUL, são temas de convergência

para os parceiros e possibilitam o desenvolvimento de grandes projetos.

Percebe-se, assim, que as metas tanto da União Européia como o Brasil baseiam-se na busca da reformulação do jogo de forças no sistema internacional que objetiva assimetria nas relações entre Estados e o multilateralismo como forma de governança mundial.

REFERÊNCIAS

BARTHELMESS, Eugênia(2008). *Brasil e União Européia: a construção de uma parceria estratégica*. Tese apresentada ao LIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores. Brasília: mimeo. 205 p.

LESSA, Antônio Carlos. *Dos entusiasmos de emergência à singularização do diálogo: as relações Brasil-União Européia no marco da construção da parceria estratégica*. IN: Annual meeting of the international Studies Association (ISA) – Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) JOINT INTERNATIONAL MEETING, 2009, Rio de Janeiro.

SILVA, Karine de Souza . *Integração Regional e Exclusão Social na América Latina*. 2ª. ed. Juruá: Curitiba, 2009. 174 p.

FISHER-BOLLIN, Peter (org.). 2008 - *Anuário Brasil- Europa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

LESSA, Antonio Carlos. *A Construção da Europa: A Última Utopia das Relações Internacionais*. Brasília, FUNAG/IBRI, 2003.

PINHIERO GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

PELANT, Mátyas. *A parceria estratégica Brasil - UE*. SILVA, Karine de Souza. *As Relações entre a América Latina e UE*. Prelo. p 1.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

SARAIVA, Miriam Gomes. “As relações Brasil-Europa de 1990 a 2004> entre o Inter-regionalismo e o Bilateralismo”. In: Henrique Altemani e Antonio Carlos Lessa (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*. Vol. 1. São Paulo, Saraiva, 2006.

FONTENELE REIS, Edileuza Maria. Brasil - União Européia: Uma parceria estratégica. In FISCHER-BOLLIN, Peter (org). *2008-Anuário Brasil-Europa*, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2009, p. 13-31.

BUENO, Clodoaldo, CERVO LUIZ, Amado. *História da política exterior do Brasil*.3. Ed. Brasília: EdUnb, 2008.

EUROPA.Comissão Européia. Draft of the Joint Communiqué of the 10th EU-Brazil Joint Committee. 21 mar. 2007. Disponível em http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/2007_joint_declar_en.pdf. Acesso em: 17 fev. 2010.

EUROPA. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil. COM (2007) 281. 30 mai. 2007. Disponível em http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/com07_281_pt.pdf . Acesso em: 2 fev. 2010.

EUROPA. Comissão Européia. Country Strategic Paper Brazil. Disponível em http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/2007_csp_publicado_en.pdf. Acesso 25 de novembro de 2009.